



Por Gustavo Dahl

3º Congresso Brasileiro de Cinema

2000-2001

Dez anos depois

“Em 2001, já criada a Ancine, fez-se um novo congresso, o 4º. Ainda ardia o fogo do 3º, mas começava a delinear-se a ruptura de uma unanimidade que depois viria dar na constituição do Fórum do Audiovisual e Cinematográfico, separando o cinema industrial do cinema independente”

A memória conserva a impressão de dois prenúncios do 3º Congresso Brasileiro. A primeira remete ao 1º Encontro Nacional de Cinema, o ENCINE, feito no início dos anos 80, quando eu dirigia a Associação Brasileira de Cineastas (ABRACI) e Aluísio Raulino, a Associação Paulista de Cineastas (APACI). No final do encontro, passando a minha presidência para o recém-eleito Sérgio Rezende, promovi uma foto com todos os presidentes de entidades que estavam lá. Foi bonito, quase emocionante. Já vivia em mim a noção de que se o cinema brasileiro não se apresentasse unificado perante o governo e a sociedade, ouviria em resposta a seus pleitos aquela clássica: “primeiro entendam-se entre si, depois conversamos”. Era a maneira habitual com que os “anseios do cinema brasileiro” eram desqualificados. Inesquecível a frase de Eduardo Portella, quando estava Ministro da Educação no governo Figueiredo, a respeito da sucessão da Embrafilme que terminou dando Celso Amorim: “No cinema brasileiro dois cineastas fazem um partido”. Desinstitucionalização e incapacidade de construir mecanismos legítimos de representação são os males do Brasil. E ainda são.

A segunda marca da memória é o seminário promovido pela Fundação Cultural de Brasília, quando presidida por Nilson Rodrigues, na gestão Cristóvão. Final dos anos 90. Ele chamou Augusto Sevá, que depois me chamou, para fazer o evento que terminou tendo o título de “Cinema Brasileiro: Estado ou Mercado?”. No final, saiu o manifesto em que constava pela vez primeira a expressão “repolitização do cinema brasileiro”.

Foi então que Nilson propôs um congresso. Por seu lado, Beto Rodrigues, em Porto Alegre, outra prefeitura do PT como Brasília, estava na Fundacine com ideia semelhante. A vontade prosperou, Roberto Farias, com sua autoridade e generosidade, foi chamado para presidir o congresso e me chamou para a secretaria executiva. Era a velha dupla da Embrafilme 75/79 se refazendo. Já tínhamos nos enfrentado em luta política no passado. Ele me chamou e eu aceitar era prova de caráter e fidelidade à causa do cinema brasileiro. De ambos. Depois ele não pôde, por conta de compromissos já assumidos. E lá fui eu.

O eixo Rio-Porto Alegre funciona no Brasil desde Getúlio e a Revolução de Trinta. Funcionou de novo. A necessidade de articulação política e institucional era tão grande que à convocação atenderam 44 entidades, do sindicato dos distribuidores majors à ABD, dos produtores aos pesquisadores, dos novíços aos cardeais. A capacidade de trabalho e de síntese de Giba Assis Brasil, combinada com aquela de sistematização de Aurelino Machado, produziu um impressionante relatório final, com 69 pontos. Estava tudo lá. Seria didático reexaminá-los para ver o que se conseguiu, o que perdeu e o que permanece. Durante os três dias do 3º Congresso, tinham todos a sensação de que pelas assembleias cheias de fervor soprava o vento da história do cinema brasileiro.

O primeiro ponto do relatório final se referia à necessidade de transformar o 3º Congresso numa entidade permanente. Assim foi feito. Mas evitou-se enfrentar o principal: o sistema de representação. Nas assembleias do 3º Congresso, os delegados votavam individualmente. Na entidade era preciso levar em conta a representatividade das associações, sindicatos e instituições que comporiam sua assembleia geral. É tradição que a falta de poder da corporação cinematográfica faça com que migalhas de poder sejam disputadas ferozmente. Não deu outra. A ideia de dirimir conflitos de interesse por meio do consenso parecia utópica. Preva-



Gustavo Dahl (4º da dir. para esq.) ao lado do Governador Olívio Dutra (à sua esq.), em Porto Alegre, na noite de abertura do 3º CBC

leceu o espírito juvenil de levantar o crachá e bater chapa. O que deveria ser a composição possível entre a esquerda, o centro e a direita do processo cinematográfico não colou. Mesmo assim a federação de todas aquelas entidades que havia ocorrido no 3º Congresso dava à entidade CBC uma certa autoridade. Ela foi chamada a discutir com a Presidência da República, o Ministério da Cultura e os caciques Luiz Carlos Barreto, Cacá Diegues, um presente do qual o governo FHC não estava dando conta. O CBC representava “o povo do cinema”, como diziam o Senador Francelino Pereira e seu assessor João da Silveira, que tinham feito no Senado Federal a sub-comissão do Cinema Brasileiro, que também compunha a cena política. Dessa movimentação nasceu o Grupo Executivo da Indústria do Cinema, o GEDIC, que daria origem à Agência Nacional do Cinema. Mas esta é outra história.

Em 2001, já criada a Ancine, fez-se um novo congresso, o 4º. Ainda ardia o fogo do 3º, mas começava a delinear-se a ruptura de uma unanimidade que depois viria dar na constituição do Fórum do Audiovisual e Cinematográfico, separando o cinema industrial do cinema independente. Exatamente o contrário do que pretendia o 3º Congresso. Mas as coisas acontecem da única maneira que podem acontecer.

Depois de sete anos dedicados ao 3º Congresso, ao GEDIC e à Ancine, me afastei da política cinematográfica. Fazia 30 anos que eu teimava contribuir para criar um mercado para o cinema brasileiro: na Superintendência de Comercialização da Embrafilme, a inesquecível SUCOM, no Conselho Nacional do Cinema, no GEDIC, na Ancine; acreditando na força cultural do que poderia ter sido uma indústria cinematográfica brasileira, numa visão sistêmica que desse conta da abrangência do todo, distinguindo mas não separando o cinema autoral daquele de entretenimento. Hoje acredito que entrar no esquema tradicional, convencional, de exibição e distribuição cinematográfica equivale a jogar um avião sobre as torres do castelo ou sobre seu quartel general. A convergência tecnológica, a revolução digital, a internet que criou novas redes sociais e modelos de negócios se apresentam como um intenso farol de proa, contra a esmaecida lanterna de popa das velhas mídias. Lógico, o cinema é sagrado e a televisão aberta universalizante. Mas num mundo que se suicida aquecendo o planeta, que não admite a liberdade do corpo – desde que não prejudique ao outro, acabando com a interdição do aborto e das drogas, a discriminação e a repressão sexual – é preciso avançar. Um mundo que consome e desperdiça o supérfluo tirando o básico de quem precisa, com 3 bilhões de telas nas mais diferentes formas de equipamentos e serviços, carece de uma nova política. Um novo congresso, onde liberdade e solidariedade conversem entre si.

“A necessidade de articulação política e institucional era tão grande que à convocação (para criar o CBC) atenderam 44 entidades, do sindicato dos distribuidores majors à ABD, dos produtores aos pesquisadores, dos novíços aos cardeais”

Gustavo Dahl é cineasta, foi o primeiro presidente do CBC e o primeiro diretor-presidente da Ancine, entre 2001 e 2006. Exerce atualmente a direção do CTAV, Centro Técnico Audiovisual do Ministério da Cultura